

COLEGIADO DA UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RESOLUÇÃO n. 09/2016/COLEGIADO UNACSA

Manifesta parecer favorável a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado.

O Presidente do Colegiado da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas – UNACSA, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, no uso de suas atribuições, atendendo as necessidades Institucionais e a decisão do Colegiado da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas – UNACSA em reunião do dia 02 de maio de 2016,


RESOLVE:

Art. 1º - Manifestar parecer favorável a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado.

Art. 2º - O Regulamento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado, constituirá anexo da presente Resolução.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor nesta data.

Criciúma, 02 de maio de 2016.



PROF. DANIEL RIBEIRO PREVE
PRESIDENTE DO COLEGIADO DA UNACSA

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

Anexo da RESOLUÇÃO n. 09/2016/COLEGIADO UNACSA
REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD)
MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito (PPGD) – Mestrado, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), tem como objetivo geral formar profissionais para atuarem na pesquisa científica e na docência, mediante o cumprimento das disciplinas do Currículo do Programa e a realização, sob orientação, de uma Dissertação sobre temas nas linhas de pesquisa de abrangência do Programa, de acordo com o que dispõem a(o):

- I- Legislação Federal de ensino;
- II- Estatuto e o Regimento Geral da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC);
- III- Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNESC;
- IV- presente Regulamento.

Art. 2º - Quanto à organização acadêmica, o PPGD adota as seguintes diretrizes gerais:

- I. Ingresso por seleção pública anual;
- II. Sistema de créditos atribuídos em disciplinas, dissertação e em atividades acadêmicas organizadas em torno de eixo comum ao Programa, de especificidades das áreas de concentração ou de suas linhas de pesquisa;
- III. Inscrição em disciplinas e em atividades acadêmicas sob orientação docente.

Art. 3º - Quanto às exigências curriculares, o PPGD adota as seguintes diretrizes gerais:

- Avaliação do aproveitamento escolar e exigência de dissertação;
- I. Exigência de orientador ao longo de todo o período do curso;
 - II. Proficiência comprovada em língua estrangeira – Inglês e/ou Espanhol;

TÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA E ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA



FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

SEÇÃO I Das Disposições Gerais

Art. 4º - A coordenação do PPGD cabe ao **Colegiado Pleno** e ao **Colegiado de Coordenação**, nas formas especificadas neste regimento.

SEÇÃO II Da Composição dos Colegiados

Art. 5º - O **Colegiado Pleno** do PPGD é o órgão deliberativo máximo, sendo constituído a cada gestão, que tem a seguinte composição:

- I. Professor Coordenador, como Presidente;
- II. Professor Coordenador Adjunto como vice-presidente;
- III. Todos os docentes credenciados como professores permanentes do Programa;
- IV. Um representante do corpo discente, com suplência, eleito para este fim.

§ 1º - O Colegiado Pleno é convocado e presidido pelo Coordenador para tratar de assuntos de interesse geral do PPGD, reunindo-se ordinariamente 02 (duas) vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado.

§ 2º - O Colegiado Pleno decide por maioria simples e, no caso de empate, quando necessário, caberá ao presidente o voto de qualidade.

Art. 6º - O **Colegiado de Coordenação** do PPGD é o órgão deliberativo do Programa, sendo constituído por:

- I - Coordenador do Programa;
- II - Coordenador Adjunto do Programa;
- III - Coordenadores das linhas de Pesquisa do Programa, com suplência de coordenadores Adjuntos de área;
- IV - Coordenador de Pesquisa do Programa;
- V - Coordenador de Extensão e Inserção Social do Programa.

§ 1º - O Colegiado de Coordenação decide por maioria simples e, quando necessário, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º - O Coordenador Adjunto exercerá a função de Coordenador Acadêmico do Programa.

§ 3º - O mandato da representação discente será de um ano.

Art. 7º - Cabe respectivamente ao Coordenador e ao Coordenador Adjunto do Programa a presidência e a vice-presidência das reuniões do Colegiado Pleno e do Colegiado de Coordenação.

Art. 8º - As reuniões do Colegiado Pleno e do Colegiado de Coordenação serão convocadas pelo Coordenador do Programa ou mediante requerimento da maioria simples dos membros do

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

respectivo Colegiado, sempre que necessária com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 9º - As reuniões ordinárias do colegiado pleno ocorrerão uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocados.

Art.10º - As reuniões ordinárias do colegiado de coordenação ocorrerão trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que convocados.

SEÇÃO III **Das Atribuições dos Colegiados**

Art. 11º - As atribuições do **Colegiado Pleno** são:

- I- Zelar pelo cumprimento do Regimento Geral da UNESC e do PPGD.
- II- Aprovar o Regimento Interno do Programa e as suas alterações submetidas pelo Colegiado de Coordenação, submetendo-os à homologação da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX);
- III- Estabelecer as diretrizes gerais do Programa;
- IV- Aprovar a criação, extinção ou alteração de linhas de pesquisa, submetendo-as à homologação da UNACSA e PROPEX;
- V- Eleger o Coordenador, o Coordenador Adjunto e os coordenadores das linhas de pesquisa, nos termos da legislação em vigor e do Regulamento do Programa;
- VI- Apreciar os relatórios anuais de atividades acadêmicas e de aplicação de recursos;
- VII- Julgar, em grau de recurso, as decisões do coordenador, no prazo 10 (dez) dias a contar do conhecimento do ocorrido;
- VIII- Aprovar alterações nos currículos dos cursos, submetendo-as à homologação da Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- IX- Estabelecer os critérios específicos para credenciamento e credenciamento de docentes, nos termos da legislação em vigor e do Regulamento do Programa, submetendo-os à homologação da UNACSA e PROPEX;
- X- Aprovar o credenciamento, credenciamento e descredenciamento de docentes para homologação da UNACSA e PROPEX de acordo com o Regimento e com as diretrizes do Programa;
- XI- Ressalvar o equilíbrio do número de docentes entre as linhas de pesquisa;
- XII- Manifestar-se, sempre que convocado, sobre questões de interesse do Programa;
- XIII- Aprovar Convênios de interesse do Programa, os quais deverão seguir os trâmites processuais da Universidade; e
- XIV- Analisar e aprovar o edital de seleção de ingresso discente, bem como homologar os resultados da seleção.

Art. 12º - As atribuições do **Colegiado de Coordenação** são:

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

a) Referente à **Gestão** do PPGD:

- I. Zelar pelo cumprimento do Regimento da Universidade e do PPGD;
- II. Propor ao Colegiado Pleno alterações no Regimento Interno do Programa, bem como alterações no currículo dos cursos;
- III. Aprovar normas específicas (portarias e instruções normativas) que se façam necessárias para a melhoria da qualidade acadêmica do PPGD, previstas ou não no presente Regimento;
- IV. Prestar assessoria ao coordenador visando ao bom funcionamento do Programa;
- V. Propor ao Colegiado Pleno estrutura curricular do curso do Mestrado, bem como atualizações em seus currículos;
- VI. Propor e analisar Convênios de interesse do Programa, os quais deverão seguir os trâmites processuais da Universidade;
- VII. Constituir comissões docentes, discentes ou mistas para tratar de assuntos do interesse do PPGD; e
- VIII. Deliberar sobre outras questões acadêmicas previstas neste Regulamento.

b) Referente ao **Calendário Acadêmico e os prazos**:

- I - Propor o calendário acadêmico do curso e outras programações semestrais do curso proposta pelo coordenador, observado o calendário Acadêmico da Universidade, a ser homologado pelo Colegiado Pleno;
- II - Decidir sobre pedidos de prorrogações dos prazos de conclusão do curso de mestrado, observado o disposto no Regimento Interno da Universidade e do Regulamento do PPGD.

c) Referente à **seleção e inscrição** de candidatos e de **desligamentos** de alunos do PPGD:

- I- Aprovar Comissão específica para cada edital de seleção do Programa segundo proposta da Coordenação;
- II- Analisar a proposta de edital de seleção de alunos, elaborada pela Comissão específica do Programa; e
- III- Deliberar sobre processos de trancamento de matrícula e desligamento de alunos.

d) Referente às atividades de **orientações** no PPGD:

- I- Aprovar indicação de orientador, após a seleção e aprovação de acordo com a linha de pesquisa de preferência do candidato e a concordância do Orientador;
- II- Aprovar indicação de possível coorientador encaminhadas pelo orientador;
- III- Aprovar indicação de coorientador externo ao Programa encaminhado pelo orientador;
- IV- Decidir nos casos de pedidos de substituição de orientador.

e) Referentes às **questões acadêmicas** do PPGD:

- I - Decidir sobre a aceitação de créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação; e

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

- II - Propor e aprovar diretrizes relativas à validação de créditos referentes a Atividades Acadêmicas Curriculares (onde se inclui a disciplina "Estágio de Docência" e o respectivo plano de trabalho).
- f) Referentes às **defesas** dissertação de mestrado:
- I - Aprovar o parecer fundamentado do professor orientador quanto à existência das condições mínimas necessárias as defesas;
 - II - Aprovar as Comissões Examinadoras de defesas.

CAPÍTULO II
DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA
SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

- Art. 13 °** – A **Coordenação Geral** do PPGD será exercida por 1 (um) Coordenador e por 1 (um) Coordenador Adjunto, eleitos por maioria do Colegiado Pleno e nomeados pelo Reitor, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.
- § 1º - O primeiro Coordenador e Coordenador Adjunto serão indicados pelo Reitor, ouvido a Direção da UNACSA e PROPEX, com mandato até a primeira avaliação, com nota, realizada pela CAPES, quando o curso passa a estar credenciado;
 - § 2º - Só poderão concorrer aos cargos de Coordenador e Coordenador Adjunto os docentes permanentes do Programa;
 - § 3º - O Colegiado Pleno indicará, por consenso, o Coordenador e o Coordenador Adjunto em reunião convocada especificamente para tal finalidade, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias;
 - § 4º - O Colegiado Pleno decidirá por maioria, presentes no mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros, dentre os interessados, o Coordenador e o Coordenador Adjunto que indicará para a homologação e nomeação pelo Reitor;
 - § 5º - Ocorrendo o empate será escolhido, juntamente com seu respectivo Adjunto, o Coordenador cujo credenciamento no Programa for mais antigo e, persistindo o empate, o Coordenador com mais idade;
 - § 6º - Caso o Reitor não homologue os nomes indicados, o Colegiado Pleno promoverá nova reunião para a escolha do Coordenador e do Coordenador Adjunto;


FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

- § 7º - Na hipótese de não haver interessado à indicação para os cargos de Coordenador e Coordenador Adjunto, a situação será informada ao Reitor, que os nomeará, ouvido a UNACSA e a PROPEX.
- § 8º - O Coordenador Adjunto substituirá o Coordenador nas suas faltas e nos seus impedimentos e completará o seu mandato em caso de vacância.
- § 9º - Nos casos em que a vacância ocorrer antes da primeira metade do mandato, será eleito novo Coordenador Adjunto por maioria de voto do Colegiado Pleno, o qual acompanhará o mandato do titular.
- § 10º - Nos casos em que a vacância ocorrer depois da primeira metade do mandato, o Colegiado Pleno do Programa indicará um Coordenador Adjunto para completar o mandato.

Art. 14º - Para cada Linha de Pesquisa será eleito pelo Colegiado Pleno um professor permanente do Programa como **Coordenador de Linha de Pesquisa**, que terá mandato coincidente com o coordenador;

Art. 15º - O PPGD contará com uma **Coordenação Acadêmica**, sob a responsabilidade do Coordenador Adjunto do Programa, que deverá apoiar as atividades de gestão acadêmica do Programa;

Art. 16º - O PPGD contará com uma **Coordenação de Pesquisa**, sob a responsabilidade por professor permanente indicado pelo coordenador, que deverá apoiar as atividades de gestão das atividades de pesquisa do Programa.

Art. 17º - O PPGD contará com uma **Coordenação de Extensão**, sob a responsabilidade por professor permanente indicado pelo coordenador, que deverá apoiar as atividades de gestão das atividades de extensão do Programa.

SEÇÃO II Das Atribuições das Coordenações

Art. 18º - Compete ao **Coordenador** do PPGD exercer e coordenar atividades de natureza estratégica nas áreas de responsabilidade previstas no Regulamento Geral da Universidade e neste Regulamento, conforme disposto a seguir.

§ 1º - O coordenador deverá exercer as seguintes responsabilidades:

a) Referente às **questões regimentais e acadêmicas**:

- I- Zelar pelo cumprimento do Regulamento Geral da Universidade e deste Programa;
- II- Convocar e presidir reuniões do Colegiado Pleno e do Colegiado de Coordenação;


FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

- III- Criar normas específicas (Portarias e Instruções Normativas) que se façam necessárias para a melhoria da qualidade acadêmica do PPGD e submetê-las à aprovação do Colegiado de Coordenação;
 - IV- Decidir, em casos de urgência, *ad referendum* dos colegiados Pleno ou Colegiado de Coordenação, ao qual a decisão será submetida dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias;
 - V- Quando identificada a necessidade, propor ao Colegiado de Coordenação a Comissão de Seleção para Docentes Permanentes observando a representação das Linhas de Pesquisa do Programa;
 - VI- Em cooperação com a coordenação acadêmica, providenciar o sistema de avaliação docente;
 - VII- Articular-se com a UNACSA e PROPEX para acompanhamento, execução e avaliação das atividades do PPGD;
 - VIII- Encaminhar às medidas necessárias a divulgação do PPGD;
 - IX- Coordenar todas as atividades do Programa sob sua responsabilidade;
 - X- Supervisionar as atividades administrativas da Secretaria;
 - XI- Delegar competência para execução de tarefas específicas, respeitando as áreas de responsabilidade previstas para as coordenações de área de concentração, coordenação acadêmica, coordenação de pesquisa e coordenação de extensão;
 - XII- Efetivar as decisões do Colegiado Pleno referentes às alterações aprovadas para a estrutura curricular dos cursos de mestrado;
 - XIII- Efetivar as decisões do Colegiado Pleno referentes ao credenciamento (e descredenciamento) docente e submetê-las à homologação da UNACSA e da PROPEX;
 - XIV- Coordenar, junto à Secretaria, a efetivação de equivalência e validação de créditos obtidos em outros cursos de Pós-Graduação, conforme decisão do Colegiado de Coordenação;
 - XV- Representar o PPGD, interna e externamente à Universidade, nas situações relativas à sua competência;
 - XVI- Propor e encaminhar ao Colegiado de Coordenação convênios e acordos de cooperação de interesse do Programa;
 - XVII- Elaborar relatório anual das atividades acadêmicas, submetendo-os à apreciação do Colegiado Pleno; e
 - XVIII - Homologar os títulos de mestres em Direito.
- b) Referente ao **calendário acadêmico** e aos **prazos**:
- I- Propor ao Colegiado de Coordenação as programações dos cursos, respeitado o calendário Acadêmico da Universidade; e
 - II- Efetivar as decisões do Colegiado de Coordenação quanto a pedidos de prorrogação de prazos de conclusão dos cursos de mestrado.
- c) Referente a **seleção e a inscrição** de candidatos e aos desligamentos de acadêmicos:

- I- Submeter à aprovação do Colegiado de Coordenação a relação de professores que integrarão a Comissão de Seleção para admissão de novos alunos no Programa;
 - II- Coordenar junto à Secretaria a publicação do edital de seleção de novos alunos e respectivos resultados; e
 - III- Coordenar junto à Secretaria a efetivação das decisões do Colegiado de Coordenação sobre o desligamento de alunos.
- d) Referente às **atividades de pesquisa** e de orientações:
- I - Juntamente com o Coordenador de pesquisa, propor instrução normativa ao Colegiado de Coordenação referente aos trâmites para defesas;
 - II - Juntamente com o coordenador de pesquisa e com os coordenadores das linhas de pesquisa, acompanhar a constituição de grupos de pesquisa do Programa credenciados no CNPq;
 - III - Juntamente com o Coordenador de pesquisa e com os coordenadores das linhas de pesquisa, organizar as informações referentes aos projetos de pesquisa do PPGD;
 - IV - Coordenar as atividades de produção do relatório anual de atividades apresentado a CAPES para fins de avaliação dos cursos do Programa;
 - V - Coordenar junto à Secretaria a efetivação das decisões sobre a indicação de coorientadores e coorientadores externos tomadas pelo Colegiado de Coordenação;
 - VI - Coordenar, junto à Secretaria, a efetivação das decisões sobre a substituição de orientadores encaminhada pelo Colegiado de Coordenação.
- e) Referentes às **defesas de dissertação**:
- I - Em cooperação com as coordenações das linhas de pesquisa, submeter à aprovação do Colegiado de Coordenação a relação de examinadores que integrarão Comissões Examinadoras dissertação, conforme sugerido pelos orientadores.
- f) Referente à **gestão de recursos e de bolsas**:
- I - Submeter à aprovação do Colegiado de Coordenação a relação de professores que integrarão a Comissão de Bolsas para seleção de bolsistas do Programa;
 - II - Preparar os planos de aplicação de recursos provenientes da Universidade ou de agências financiadoras externas, submetendo-os à aprovação ao Colegiado de Coordenação.
- Art. 19 °** – Compete ao **Coordenador da Linha de Pesquisa** do PPGD coordenar todos os trabalhos referentes ao pleno desenvolvimento da sua Linha de Pesquisa. Para tal, estão previstas atividades de gestão e coordenação, conforme descrito a seguir.

Parágrafo Único - O **Coordenador da Linha de Pesquisa** deverá exercer as seguintes responsabilidades:



FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

a) Referentes a questões **regimentais e acadêmicas**:

- I - Respeitado o disposto neste Regulamento e ouvido os demais professores, propor a criação e atualização de disciplinas, a fixação de pré-requisitos e o estabelecimento de disciplinas recomendadas para a área no Programa, bem como os projetos de pesquisa;
- II - Em conjunto com a coordenação, com o coordenador acadêmico e com o coordenador de pesquisa, elaborar e atualizar a estrutura de sua Linha de Pesquisa (objetivos, perfil de candidatos, perfil de egressos, laboratórios, linhas de pesquisa e estrutura curricular) e encaminhar atualizações à aprovação do Colegiado Pleno;
- III - Identificar demandas da Linha de Pesquisa através dos docentes permanentes, bem como efetivar avaliação docente e propor à coordenação, diretrizes de credenciamento do Corpo Docente do PPGD no âmbito de sua área;
- IV - Assegurar o cumprimento da estrutura curricular prevista para o PPGD no âmbito de sua linha de pesquisa;
- V - Designar um Docente permanente como Coordenador Adjunto Linha de Pesquisa para substituir o coordenador da mesma nas faltas e nos impedimentos;
- VI - Apoiar a coordenação no âmbito de sua área de concentração na efetivação das decisões do Colegiado Pleno referentes às alterações aprovadas para a estrutura curricular dos cursos de mestrado;
- VII - Apoiar a Coordenação no âmbito de sua área de concentração na efetivação das decisões do Colegiado Pleno referentes ao credenciamento (e descredenciamento) docente e submetê-las à homologação da Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- VIII - Em conjunto com a coordenação acadêmica, compatibilizar os planos de ensino elaborados pelos professores responsáveis pelas disciplinas em sua área e supervisionar o seu cumprimento; e
- IX - Juntamente com a coordenação e com o coordenador acadêmico, coordenar as atividades didáticas dos cursos de mestrado no âmbito de sua área de concentração.

b) Referentes ao **calendário acadêmico e prazos**:

- I - Apoiar a Coordenação na elaboração de programações do Programa no âmbito de sua linha de pesquisa, para submissão à aprovação do Colegiado de Coordenação.

c) Referentes à **seleção e inscrição** de candidatos e de **desligamentos** de alunos:

- I - Assegurar a participação da linha de pesquisa na Comissão de Seleção do Programa e no apoio aos processos de inscrição, seleção e admissão (por meio de indicação de docentes para participarem das etapas do processo seletivo, quando se fizer necessário).

d) Referentes às **atividades de pesquisa e de extensão, orientações e coorientações** do PPGD:

- I - Juntamente com o Coordenador de pesquisa e com a Coordenação acompanhar os grupos de pesquisa do Programa credenciados no CNPq;
 - II - Juntamente com o Coordenador de pesquisa e a Coordenação de extensão organizar as informações referentes aos projetos de pesquisa e de extensão do PPGD no âmbito de sua linha de pesquisa; e
 - III - Apoiar a coordenação nas atividades de produção do relatório anual de atividades apresentado a CAPES para fins de avaliação dos cursos do Programa.
- e) Referentes às **defesas** dissertação:
- I - Apoiar a coordenação na composição das Comissões Examinadoras dissertação.

SEÇÃO III

Das Competências da Secretaria do Programa

Art. 20º - Os serviços de apoio administrativo serão prestados pela Secretaria do PPGD, unidade subordinada diretamente ao Coordenador do Programa e dirigida por um(a) Secretário(a).

Art. 21º - A (o) Secretária (o) o cumpre:

- I. Manter atualizada e devidamente resguardada toda documentação do Programa, especialmente a que registre o histórico escolar dos alunos;
- II. Secretariar e documentar as Reuniões do Colegiado Pleno e do Colegiado de Coordenação;
- III. Expedir aos professores e alunos os avisos de rotina;
- IV. Exercer tarefas próprias de rotina administrativa e outras que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador;
- V. Registrar as inscrições dos candidatos e efetuar as matrículas de alunos regulares e de disciplina isolada;
- VI. Manter registro de presença dos alunos em defesas de dissertação, registrando-as individualmente para efeitos de cumprimento de requisitos deste Regulamento;
- VII. Orientar os alunos concluintes sobre os trâmites referentes às defesas e produção e entrega do documento final da dissertação; e
- VIII. Encaminhar ao setor competente a expedição do diploma dos mestrandos.

SEÇÃO IV

Da Comissão de Bolsas Discente

Art. 22º - O PPGD terá uma Comissão de Bolsas com, no mínimo, 03 (três) membros e será composta pelo Coordenador do Programa e com representação paritária dos corpos docente e discente, sendo que o docente deve fazer parte do quadro permanente de professores e o discente estar, há pelo menos 1 (um) ano, integrado às atividades do programa como aluno regular.


FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

- Art. 23º** - São atribuições da Comissão de Bolsas:
- I – Alocar as bolsas disponíveis, de acordo com a classificação no processo seletivo do Programa utilizando os critérios definidos pelo Colegiado Pleno e ou CAPES, CNPq, FAPESC e outras;
 - II – Divulgar junto ao corpo docente e discente;
 - III – Emitir parecer sobre a manutenção da bolsa, de acordo com os critérios de desempenho acadêmico, estabelecidos pelo Programa.
- Art. 24º** - Caberá ao professor-orientador acompanhar e manter a comissão de bolsas informada sobre o desempenho do orientando.
- Art. 25º** - A Comissão de Bolsas reunir-se-á sempre que necessário e deverá manter um sistema de acompanhamento de desempenho dos bolsistas, elaborar relatórios demonstrativos e disponibilizar à PROPEX e CAPES quando solicitado.

CAPÍTULO III
DO CORPO DOCENTE
SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

- Art. 26º** - O Corpo Docente do PPGD é constituído por 03 (três) categorias: Docentes Permanentes, Colaboradores e Visitantes, credenciados pelo Colegiado de Coordenação do Programa, seguindo as diretrizes definidas neste Regimento.
- Art. 27º** - O credenciamento de professores no PPGD ocorre para atendimento às demandas das linhas de pesquisa quanto às disciplinas, as pesquisas e os projetos, conforme identificado pelo Coordenador da Linha de Pesquisa e quando do término da validade do período de credenciamento do docente, conforme previsto em Resolução específica.
- Art. 28º** - A atuação eventual em atividades específicas no PPGD não caracteriza a vinculação como docente ou pesquisador como integrante do Corpo Docente do Programa.
- Parágrafo Único – Além das atividades específicas previstas no Regimento Geral da Pós-Graduação da UNESC, acrescentam-se ao *caput* deste artigo a participação em projetos de pesquisa, projetos de extensão ou em atividades acadêmicas do Programa.

SEÇÃO II Dos Docentes Permanentes

- Art. 29º** - Serão credenciados como docentes permanentes, os professores que atuam no PPGD, formando seu núcleo principal de docentes e que, em conformidade com as regras da CAPES, do Regimento da UNESC e do Regulamento do PPGD e atendam aos seguintes critérios:
- I- Integrar o quadro de pessoal efetivo da UNESC, em regime de 40 (quarenta) horas semanais;
 - II- Desenvolver atividades de ensino na graduação e/ou na pós-graduação;
 - III- Participar de projetos de pesquisa do Programa;
 - IV- Apresentar produção científica regular e qualificada e realizada no âmbito das atividades do Programa;
 - V- Orientar e coorientar alunos de mestrado do Programa;
 - VI- Ser docente permanente em, no máximo, 3 (três) PPGs, recomendados/reconhecidos pela CAPES, incluindo o PPGD e totalizando até 40 horas semanais.
- §1º** - O afastamento temporário de docentes permanentes para realização de estágio pós-doutoral, ou para outras atividades relevantes em educação, ciência ou tecnologia, ou ainda, para exercício de atividades de relevância ao desenvolvimento do País ou da região de Santa Catarina, não impede a manutenção do seu credenciamento, desde que mantidas as atividades previstas nos incisos III e IV deste artigo.
- §2º** - O credenciamento terá validade por 4 (quatro) anos, podendo ser renovado a partir da avaliação do desempenho docente durante o período considerado.
- §3º** - A renovação do credenciamento dependerá da avaliação do desempenho docente e da produção científica durante o período considerado e da sua homologação pela UNACSA e PROPEX.
- §5º** - Os critérios para o credenciamento serão estabelecidos em resolução PPGD, respeitadas as disposições da PROPEX quanto a matéria.
- §6º** - Os critérios para credenciamento dos docentes poderão ser alterados anualmente pelo Colegiado de Coordenação do PPGD, conforme recomendação da CAPES, CNPq e UNESC.
- §7º** - No caso do docente não atingir, na primeira avaliação, os critérios mínimos estabelecidos pelo Colegiado de Coordenação do PPGD, o mesmo ficará impossibilitado de oferecer novas vagas de orientação por um ano. O não cumprimento dos critérios estabelecidos na segunda avaliação seguida implicará o descredenciamento do docente no PPGD como permanente.



§8º - Os critérios de avaliação do docente deverão contemplar a avaliação pelo corpo docente e deverão ser propostos pela coordenação, em cooperação com a coordenação acadêmica, para o Colegiado Pleno e Colegiado de Coordenação.

SEÇÃO III Dos Docentes Colaboradores

Art. 30º - Em consonância com este Regulamento e com as diretrizes da CAPES, são credenciados como colaboradores os demais membros do corpo docente do Programa, que participam de forma sistemática de atividades do PPGD, mas que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes.

§ 1º - Docentes colaboradores no PPGD atuam de forma sistemática no desenvolvimento de projetos de pesquisa, ou em atividades de ensino e/ou extensão e/ou da orientação ou co-orientação de alunos do Programa, independentemente de possuírem ou não vínculo com a UNESC.

§ 2º - O processo de credenciamento de docentes colaboradores no PPGD é iniciado pelo coordenador junto ao Colegiado de Coordenação, sendo sujeito à homologação do Colegiado Pleno, bem como da Pró-Reitoria da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

SEÇÃO IV Dos Docentes Visitantes

Art. 31º - Em consonância este Regulamento e com as diretrizes da CAPES, serão credenciados como docentes visitantes os professores vinculados a outras instituições de ensino superior ou de pesquisa, no Brasil ou no exterior, que irão permanecer na Universidade à disposição do PPGD, em regime de dedicação integral, durante um período contínuo de até 12 (doze) meses renováveis, desenvolvendo atividades de ensino e/ou pesquisa no Programa, podendo atuar, também em atividades de orientação ou co-orientação de alunos do Programa.

§ 1º - A atuação de docentes visitantes no PPGD deverá ser viabilizada mediante convênio entre a UNESC e a instituição de origem do docente, mediante bolsa concedida para esta finalidade por agências de fomento ou mediante bolsa ou contratação relacionada a projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Programa.

§ 2º - O processo de credenciamento de docentes visitantes no PPGD é iniciado pelo coordenador junto ao Colegiado de Coordenação, sendo sujeito à homologação do Colegiado Pleno, bem como da Pró-Reitoria da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 32º** - A estrutura acadêmica do PPGD está organizada em torno de suas linhas de pesquisa, de modo a promover a pesquisa e a formação no âmbito de suas disciplinas, linhas e projetos de pesquisa.
- Art. 33º** - O curso de mestrado tem duração mínima de 12 (doze) e máxima de 24 (vinte e quatro) meses.
- § 1º – Excepcionalmente, por solicitação justificada do aluno com anuência do orientador, os prazos a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser prorrogados, por até seis meses, para fins de conclusão do curso, mediante decisão do Colegiado de Coordenação.
- § 2º – Da decisão do Colegiado de Coordenação a que se refere o § 1º caberá recurso UNACSA e PROPEX.
- Art. 34º** - Nos casos de afastamentos em razão de saúde, maternidade ou aleitamento que impeça o exercício das atividades no curso, os prazos a que se refere o *caput* do Artigo 32 poderão ser suspensos por período de até seis meses, mediante solicitação de trancamento do curso por parte da acadêmica, devidamente comprovada por atestado médico referendado pelo Setor de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho da UNESC.

CAPÍTULO II DO CURRÍCULO

- Art. 35º** - O currículo do PPGD é composto por disciplinas e por outras atividades acadêmicas, organizados em semestres letivos de modo a garantir a possibilidade de opção e a flexibilização do plano de trabalho do acadêmico.
- § 1º – As atividades curriculares consistem de disciplinas, atividades acadêmicas e Dissertação;
- § 2º – As atividades acadêmicas no Programa são regulamentadas por instruções normativas aprovadas pelo Colegiado de Pleno.
- Art. 36º** - As disciplinas dos cursos de mestrado do PPGD são classificadas nas seguintes modalidades:
- I. Disciplinas obrigatórias: disciplinas consideradas indispensáveis à formação do acadêmico, podendo ser gerais ou específicas de uma linha de pesquisa;
 - II. Disciplinas eletivas: (a) disciplinas que compõem às linhas de pesquisa do Programa, cujos conteúdos contemplem aspectos mais específicos; (b) disciplinas que compõem domínio conexo ao objeto do PPGD;
 - III. "Estágio de Docência": disciplina oferecida conforme as especificações contempladas na resolução específica sobre o assunto.

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

- § 1º - As propostas de criação ou alteração de disciplinas deverão ser acompanhadas de justificativa e caracterizadas por nome, ementa detalhada, carga horária, número de créditos e corpo docente responsável pelo seu oferecimento e submetidas à aprovação do Colegiado Pleno e à homologação da Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.
- § 2º - Não serão consideradas as propostas de criação ou alteração de disciplinas que signifiquem duplicação de objetivos em relação à outra disciplina já existente.

CAPÍTULO III

DA CARGA HORÁRIA E DO SISTEMA DE CRÉDITOS

- Art. 37º** - O curso de mestrado tem número mínimo de 32 (trinta e dois), contando com os créditos referentes ao respectivo trabalho de conclusão.
- § 1º - Para o cálculo do total de créditos do curso, serão consideradas as aulas teóricas, práticas, teórico-práticas, atividades complementares e dissertação.
- § 2º - Para integralizar seus estudos e obter seu título, o aluno deverá obter aprovação nas 4 (quatro) disciplinas obrigatórias (14 créditos), totalizar, no mínimo, 12 (doze) créditos em disciplinas eletivas, participar do processo de orientação da dissertação, qualificando o seu projeto e obtendo a aprovação em defesa pública de sua dissertação.
- § 3º - Também deverá integralizar até a data do requerimento de defesa pública da dissertação, 2 (dois) créditos em atividades complementares, conforme o estabelecido em resolução do Colegiado Pleno do PPGD.
- Art. 38º** - A integralização dos estudos, que dependerá da apuração da frequência e da avaliação do aproveitamento escolar na forma prevista neste Regulamento, será expressa em unidades de créditos.
- Art. 39º** - O aluno poderá solicitar a equivalência ou validação de disciplinas isoladas cursadas, nos últimos 5 (cinco) anos, no PPGD, em outros programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados pela CAPES ou em curso de pós-graduação estrangeiro amparado por acordo ou convênio, devendo seu pedido ser analisado e aprovado pelo Colegiado de Coordenação.
- § 1º - A equivalência de créditos se dá quando o PPGD aprova a correspondência de conteúdo de disciplina(s) cursada(s) pelo aluno anteriormente ao seu ingresso no Programa. Para tal, devem ser respeitados os seguintes procedimentos:
- I - A equivalência de créditos só será possível quando o aluno tiver obtido conceitos A, B ou equivalentes em disciplina(s) com 85% de conteúdo equivalente à disciplina oferecida no PPGD, conforme ateste o professor responsável pela mesma;

- II - O número máximo de créditos obtidos por validação de disciplinas equivale a 08 créditos, sendo que de outra Instituição até 04 créditos. Demais procedimentos são definidos pelo Colegiado de Coordenação.

CAPÍTULO IV DA PROFICIÊNCIA EM LÍNGUAS

Art. 40º - Será exigida a comprovação de proficiência em uma língua estrangeira, podendo ocorrer no ato da primeira matrícula no curso ou ao longo do primeiro ano acadêmico.

§ 1º - Para o mestrado o aluno deverá comprovar proficiência em inglês ou espanhol, atestadas por prova de proficiência em línguas.

I - Poderá ser comprovada a aprovação em exame de proficiência em língua estrangeira por declaração expedida pela UNESC ou por outras Universidades devidamente reconhecidas pelo MEC, com no máximo dois anos de sua realização (retroativo a data de inscrição no processo de seleção e admissão do PPGD); ou

II - certificado de aprovação no Test of English as Foreign Language (TOEFL), como no máximo dois anos de sua certificação (considerando-se a data de matrícula como aluno regular do Programa).

§ 2º - A proficiência em língua estrangeira não gera direitos a créditos no Programa.

§ 3º - Os alunos estrangeiros dos programas de pós-graduação deverão também comprovar proficiência em língua portuguesa.

CAPÍTULO V DA PROGRAMAÇÃO PERIÓDICA DAS ATIVIDADES

Art. 41º - A programação periódica do curso de mestrado, observado o calendário acadêmico da Universidade, especificará as disciplinas e as demais atividades acadêmicas com o número de créditos, cargas horárias e ementas correspondentes e fixará os períodos de matrícula e de ajuste de matrícula.

Parágrafo único. Pode haver atividades acadêmicas do PPGD que funcionam em fluxo contínuo, de modo a não prejudicar o andamento dos projetos de pesquisa.

TÍTULO IV - DO REGIME ESCOLAR



FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

CAPÍTULO I - DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E ADMISSÃO

SEÇÃO I - Da Inscrição

- Art. 42º** - O processo seletivo para o Programa é anual, condicionado à existência de vagas.
- Art. 43º** - Poderão se inscrever no processo seletivo os portadores de Diploma de Curso de graduação em Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais.
- § 1º - No caso de curso de Graduação realizado no País, o diploma deverá reconhecido pelo MEC.
- § 2º - Diplomas de cursos de graduação realizados no exterior deverão ser apresentados com visto consular brasileiro de autenticação, exceto nos casos amparados por acordos diplomáticos específicos, bem como tradução juramentada do histórico escolar e do diploma.
- Art. 44º** - Para serem admitidos, candidatos selecionados deverão apresentar, na época fixada pelo calendário escolar, documentos exigidos pelo Edital.
- Art. 45º** - O processo de seleção do PPGD é conduzido por **Comissão de Seleção** formada por professores permanentes, indicada pelo Coordenador e homologada pelo Colegiado de Coordenação.
- Parágrafo Único** - No edital a Comissão de Seleção deverá considerar os números máximos de vagas estabelecidos pelo Colegiado de Coordenação para o mestrado, em consonância com as diretrizes da área Interdisciplinar da CAPES.
- Art. 46º** - Poderão ser admitidos no PPGD candidatos participantes de convênio, intercâmbio ou outro instrumento de cooperação com instituições nacionais ou estrangeiras.
- Parágrafo Único** - A admissão de candidatos nessa condição é da competência do Colegiado de Coordenação do Programa e poderá ocorrer ao longo de todo período acadêmico do ano.

SEÇÃO II

Da Seleção

- Art. 47º** - Para a seleção dos candidatos ao Mestrado será designada, pelo Coordenador do Programa, ouvido o Colegiado de Coordenação, uma comissão de seleção, a qual levará em conta os seguintes parâmetros;
- I – Prova escrita;
 - II – Prova de títulos (Currículo *Lattes*);
 - III – Entrevista e Proposta de Intenção de Pesquisa.
- Parágrafo Único** - Somente será aprovado no processo de seleção o candidato que obtiver aproveitamento mínimo de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão de Seleção e observando-se o limite de vagas, estipuladas em cada Edital de Seleção.

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

SEÇÃO III - Da Admissão e Matrícula

- Art. 48º** - A efetivação da primeira matrícula definirá o início da vinculação do aluno ao curso e será efetuada mediante a apresentação dos documentos exigidos especificados neste Regulamento e no Edital de seleção, bem como a apresentação do Comprovante de pagamento da taxa de matrícula.
- § 1º - A data de efetivação da primeira matrícula será divulgada em Edital específico.
- § 2º - Para ser matriculado, o candidato deverá ter sido selecionado pelo Programa.
- Art. 49º** - Nos prazos estabelecidos na programação periódica do Programa, o aluno deverá matricular-se em disciplinas e nas demais atividades, inclusive elaboração de Dissertação.
- Art. 50º** - O aluno de curso de Pós-Graduação poderá, mediante solicitação, com a concordância do orientador e a critério do Colegiado de Coordenação do curso, trancar matrícula por, no máximo, seis meses, não computados para efeito do tempo máximo de integralização do Curso.
- § 1º - Durante a vigência do trancamento de matrícula o aluno não poderá cursar nenhuma disciplina de Pós-Graduação no Programa ou defender dissertação.
- § 2º - O trancamento de matrícula poderá ser cancelado a qualquer momento, por iniciativa do aluno, resguardado o período mínimo definido no *caput* deste artigo e apresentada a anuência de seu orientador.
- § 3º - Não será permitido o trancamento da matrícula no período de prorrogação de prazo para conclusão do curso.
- Art. 51º** - O aluno terá sua matrícula automaticamente cancelada e será desligado do PPGD nas seguintes situações:
- I - Quando deixar de se matricular;
 - II - Se for reprovado na defesa da dissertação;
 - III - Quando esgotar o prazo máximo para a conclusão do curso;
 - IV - Não cumprir com exigências documentais do Programa.
- § 1º - Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, o aluno deverá ser cientificado para, querendo, formular defesa e apresentar documentos os quais serão objeto de consideração pelo Colegiado de Coordenação.
- § 2º - O aluno que incorrer em uma das situações previstas no *caput* deste artigo somente poderá ser readmitido através de um novo processo de seleção.
- Art. 52º** - Poderão ser concedidas inscrições em disciplinas isoladas a interessados que tenham concluído curso de graduação, conforme estabelecido pelo Colegiado Delegado.

- § 1º – A matrícula está condicionada ao pagamento de 1/3 (um terço) de uma mensalidade por crédito cursado.
- § 2º - os créditos obtidos na forma do *caput* deste artigo poderão ser aproveitados caso o interessado venha a ser selecionado para o curso, respeitado o disposto neste Regimento quanto ao aproveitamento de créditos no Programa.

CAPÍTULO II- DA FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

- Art. 53º** - A frequência é obrigatória e não poderá ser inferior a setenta e cinco por cento da carga horária programada, por disciplina ou atividade.
- Art. 54º** - O índice de aproveitamento será calculado pela média ponderada das disciplinas com conceito A, B ou C, considerando pesos e o número de créditos das disciplinas, observada o seguinte quadro de equivalência.

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA

Conceito	Significado	Media
A	Excelente	9,0 – 10,0
B	Bom	8,0 – 8,9
C	Regular	6,0 – 7,9
D	Insuficiente, sem direito a crédito	0,0 – 5,9
E	Infrequente	

Parágrafo Único – Ao aluno que não apresentar frequência mínima de 75% da carga horária na disciplina ou atividade será atribuído o conceito “E”.

- Art. 55º** - O desempenho de um aluno será considerado insatisfatório nos seguintes casos:
- I - Se a média acumulada dos conceitos das disciplinas cursadas enquanto aluno do Programa se situar abaixo do Conceito C ao final de qualquer semestre letivo;
 - II - Se não lograr aprovação na sua dissertação ou no conhecimento de língua(s) estrangeira(s) dentro dos prazos máximos respectivos previstos neste Regulamento.
- Parágrafo único - A verificação de desempenho de todos os alunos matriculados no Programa será procedida até o semestre subsequente, pela Secretaria do Programa.

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

- Art. 56º** - O Estágio de Docência é uma atividade curricular do PPGD, sendo definido como a participação do aluno de pós-graduação em atividades de ensino superior da Universidade ou no ensino

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

médio da rede pública, conforme regulamentação específica da CAPES e da Instituição, e se apresenta como disciplinas – Estágio de Docência.

§ 1º. O estágio de Docência corresponde a 02 (dois) créditos.

I – Todos os alunos regularmente matriculados no PPGD poderão desenvolver o Estágio de Docência, sendo o mesmo obrigatório somente para aqueles que receberem bolsa integral, independente da agência de fomento concedente, ou taxa escolar.

II – O pós-graduando regularmente matriculado no PPGD, a partir do segundo semestre letivo do seu curso, excluindo-se o último período, poderá no início de cada semestre, encaminhar solicitação de estágio ao Coordenador do Programa, acompanhado do plano de atividades a serem desenvolvidas, de comum acordo com seu orientador.

III – O Estágio de Docência deverá ser desenvolvido em uma das disciplinas dos cursos de graduação desta Universidade, preferencialmente naquelas sob a responsabilidade dos professores-orientadores do Programa ou no Ensino médio, desde que em uma área compatível com a pesquisa realizada pelo pós-graduando no PPGD.

IV – Ficará a critério do orientador, juntamente como professor da disciplina no qual será realizado o Estágio de Docência, a definição do tema a ser desenvolvido pelo pós-graduando.

§ 2º. Será considerada atividade de Ensino:

I – O planejamento e execução de aulas teóricas e práticas.

II – A aplicação de métodos ou técnicas pedagógicas, como estudo dirigido, seminários dentre outros.

Art. 57º - A avaliação do pós-graduando ficará a cargo do professor da disciplina e do professor orientador, devendo-se levar em conta:

I – A qualidade do planejamento e da execução;

II – A abordagem dos temas, a pertinência dos assuntos desenvolvidos (clareza, sequência, metodologia, recursos utilizados, dentre outros);

III – A pontualidade, domínio de classe, a adequação do tempo no trabalho dos conteúdos, os instrumentos de avaliação utilizados.

Art. 58º - O professor da disciplina não poderá estar ausente das aulas executadas pelo pós-graduando.

CAPÍTULO IV – DA QUALIFICAÇÃO

Art. 59º - O exame de qualificação constitui-se na apresentação do projeto de dissertação pelo candidato para banca examinadora em sessão privativa.

Art. 60º - A banca examinadora será composta por, no mínimo, um membro interno e um externo ao PPGD, indicados pelo professor orientador por escrito, em formulário específico do Programa,

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

com 15 dias de antecedência, e aprovados pelo Colegiado de Coordenação. A presidência da banca será exercida pelo Orientador. O coorientador poderá participar, mas não emitirá parecer.

Parágrafo Único – O membro externo poderá ter participação à distância, por meio virtual, ou encaminhar parecer devidamente assinado, quando não residir em Criciúma.

Art. 61º - Poderão participar da banca examinadora professores ativos e aposentados do Programa ou de outros programas de pós-graduação credenciados pela CAPES, bem como pesquisadores com título de doutor e currículo de comprovada relevância em sua área de especialidade de Instituições de pesquisa científica e/ou tecnológica.

Art. 62º - O exame de qualificação se processará no prazo máximo de até 15 meses do ingresso do discente no Mestrado, e será julgado aprovado o candidato que for considerado qualificado pelo consenso da banca examinadora.

Parágrafo Único – Caso o trabalho não seja considerado em condições de aprovação, a banca poderá indicar que o mestrando reapresente seu trabalho em prazo de até 45 dias.

CAPÍTULO V – DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Seção I - Das Disposições Gerais

Art. 63º - É condição para a obtenção do título de Mestre a aprovação de defesa pública e presencial da dissertação no qual o aluno demonstre domínio atualizado do tema escolhido.

§ 1º. Será considerado apto a defender sua dissertação de mestrado o aluno que cumprir os seguintes requisitos:

I - Ter alcançado o número mínimo de créditos acadêmicos exigidos para o mestrado, conforme estabelecido neste regimento, e obtido índice de aproveitamento igual ou superior ao Conceito C;

II - Ter preenchido os requisitos para obtenção do crédito em atividades complementares, nos termos da resolução aprovada pelo PPGD;

III – Ter submetido, pelo menos, um artigo para periódico com classificação WebQualis, no mínimo B2, relacionado à uma das linhas de pesquisa do PPGD, e participado de três eventos científicos com a apresentação de trabalhos.

§ 2º. É obrigatória menção da Agência Financiadora da bolsa ou taxa, na dissertação ou no Projeto de Pesquisa, bem como em qualquer publicação resultante.

Art. 64º - As dissertações do Programa serão redigidas em Língua Portuguesa e devem prever em seu conteúdo elementos que atendam a critérios científicos e acadêmicos exigidos pelo PPGD para a obtenção do grau de mestre.



FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

§ 1º. Em casos especiais, a serem definidos por instrução normativa ou solicitados à análise da coordenação pelos interessados, pode haver redação em outra língua por decisão do Colegiado de Coordenação, desde que mantidos o resumo e as palavras-chave em português.

§ 2º. As diretrizes que definem os elementos de conteúdo a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser explicitadas pelo Programa em Instrução Normativa a ser aprovada pelo Colegiado Pleno.

Seção II - Do Orientador

Art. 65º - Todo aluno do PPGD terá um professor orientador, designado quando do anúncio público de sua admissão no Programa.

Parágrafo único. O número máximo de orientandos de professores do Programa não poderá exceder, na média, o limite estabelecido pela Comissão da CAPES.

Art. 66º - O orientador deverá manifestar formal a sua concordância ao início da orientação.

§ 1º - O aluno poderá, em requerimento fundamentado e dirigido ao Colegiado de Coordenação do Programa, solicitar mudança de orientador.

§ 2º - O orientador poderá, por requerimento fundamentado dirigido ao Colegiado de Coordenação do Programa, solicitar sua substituição do trabalho de orientação.

§ 3º - No caso de mudança de orientador solicitada pelo aluno, é exigida a expressa concordância de ambos os professores envolvidos no processo de troca da orientação.

§ 4º - No caso de substituição solicitada pelo orientador, exige-se do professor desistente que indique outro docente permanente do Programa para a continuidade da orientação, sendo que este deve encaminhar sua expressa concordância, conforme prevê o *caput* deste artigo;

§ 5º - Até que sejam providenciados os trâmites necessários à substituição definitiva do orientador, a orientação continua sendo de responsabilidade do docente que admitiu o aluno no curso.

Art. 67º - São atribuições do orientador:

- I. Elaborar, de comum acordo com seu orientando, o plano de atividades do mesmo (planejamento e execução do trabalho de pesquisa), assistindo-o, desde a matrícula, e manifestando-se sobre alterações;
- II. Acompanhar e manifestar-se perante o Colegiado de Coordenação sobre o desempenho do aluno, atribuindo conceito na disciplina de trabalho de conclusão, conforme estabelecido neste Regimento;
- III. Solicitar à coordenação do Programa providências para realização da defesa pública da dissertação, conforme resolução específica;
- IV. Propor ao Colegiado de Coordenação a composição de Bancas Examinadoras;

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

- V. Dar ciência por escrito ao Coordenador no caso de ausência prolongada ou desistência do orientando;
- VI. Apresentar relatório de atividades de estudo e de pesquisa do pós-graduando, quando solicitado; e
- VII. Fazer contatos necessários para assegurar ao aluno acesso às instalações e equipamentos requeridos à realização do seu trabalho.

Parágrafo único – No caso de aceite, pelo colegiado de coorientação, de docentes doutores não credenciados ao PPGD, este deve pertencer ao quadro docente permanente da UNESC.

Seção III - Da Defesa da Dissertação

Art. 68º - Elaborada a dissertação e cumpridas às demais exigências para a integralização do curso, o aluno deverá defendê-la em sessão pública e presencial, perante uma banca examinadora constituída de Doutores especialistas no assunto, aprovada pelo Colegiado de Coordenação e designada pelo coordenador, na forma definida neste Regulamento.

Parágrafo Único - Poderão participar da banca examinadora professores ativos e aposentados do Programa ou de outros programas de pós-graduação credenciado pela CAPES, bem como pesquisadores com título de doutor e currículo de comprovada relevância em sua área de especialidade de Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica.

Art. 69º - As bancas examinadoras das Dissertações serão assim constituídas por no mínimo de 2 (dois) docentes do PPGD e por 1 (um) membro externo.

§ 1º - Além dos membros referidos, o orientador integrará a banca examinadora na condição de presidente.

§ 2º - A composição da comissão examinadora deve se dar por consenso entre o orientador e a coordenação da linha de pesquisa ligada ao trabalho, sendo que esta deve encaminhar pedido de banca à coordenação;

§ 3º - A indicação da banca examinadora deve ser aprovada pelo Colegiado de Coordenação para, em prazo e condições estipulados por Instrução Normativa do PPGD.

Art. 70º - Na impossibilidade de participação do orientador, a coordenação da área de concentração ligada ao trabalho de conclusão designará um dos co-orientadores ou, na impossibilidade dessa substituição, um docente do Programa para presidir a seção pública de defesa do trabalho de conclusão de curso.

§ 1º - O coorientador poderá participar da banca examinadora, no entanto, não emitirá parecer.

§ 2º - Orientadores, coorientadores e tutores de orientação devem ter os seus nomes registrados nos exemplares da dissertação e na ata da defesa, com as devidas especificações de sua função no trabalho realizado.

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

Art. 71º - A decisão da banca examinadora será tomada pela maioria de seus membros, podendo o resultado da defesa ser:

- I - Aprovado;
- II - Aprovado com alterações, desde que a dissertação seja corrigida e entregue no prazo de até sessenta dias, nos termos sugeridos pela banca examinadora e registrados em ata; ou
- III - Reprovado.

Parágrafo único - O aluno deverá apresentar, no prazo de até 30(trinta) dias, após a defesa pública e aprovação, cópias impressas, com as assinaturas dos integrantes da banca, e digital da versão definitiva da dissertação junto à coordenação do curso, conforme orientações da Secretaria do Programa.

Art. 72º - Excepcionalmente, quando o conteúdo do trabalho de conclusão de curso envolver conhecimento passível de ser protegido por direitos de propriedade intelectual, atestado pelo órgão responsável pela gestão de propriedade intelectual na Universidade, a UNACSA autorizará defesa de dissertação fechada ao público, mediante solicitação do orientador e do candidato, aprovada pela coordenação do PPGD.

§ 1º - Para os fins do disposto no caput deste artigo, a realização da defesa deverá ser precedida da formalização de documento contemplando cláusulas de confidencialidade e sigilo a ser assinado por todos os membros da banca examinadora.

§ 2º - A coordenação do PPGD em cooperação com a coordenação de pesquisa, deverá sugerir instrução normativa, a ser aprovada pelo Colegiado de Coordenação e pelo Colegiado Pleno para orientar os procedimentos relativos a defesas de dissertação, fechadas ao público.

§ 3º - As decisões sobre os procedimentos de defesa serão tomadas por meio de solicitação do aluno e do seu orientador, encaminhada com antecedência mínima de sessenta dias antes da data da defesa, com o parecer dos órgãos da universidade mencionados no caput deste artigo.

CAPÍTULO VI - DA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE

Art. 73º - Fará jus ao título de Mestre, o aluno que cumprir, nos prazos previstos, as exigências do Regimento Geral da Universidade e deste Regulamento.

§ 1º - Cumpridas todas as formalidades necessárias à conclusão do curso, a coordenação dará encaminhamento ao pedido de emissão do diploma, segundo orientações estabelecidas pelo Setor de Registro de Diplomas da UNESC, para obtenção de certificado de grau de Mestre em Direito, em sua linha de pesquisa.

§ 2º - No encaminhamento à UNACSA, por meio da Secretaria do Programa, o coordenador deve anexar documentação atinente da qual constarão, obrigatoriamente, a ata de julgamento do

FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)

trabalho de conclusão assinada pela Comissão Examinadora, o histórico escolar do aluno e outros documentos exigidos pela Pró-Reitoria para encaminhar a expedição do diploma.

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 74º** - São parte constituinte das normas legais do Programa as Portarias e Instruções Normativas emitidas pela Coordenação e devidamente aprovadas pelo Colegiado de Coordenação, quando não entrarem em conflito com o estipulado no presente Regulamento.
- Art. 76º** - Os casos omissos nesse Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Coordenação por proposta de qualquer de seus membros ou a pedido dos coordenadores das linhas de pesquisa, de pesquisa e extensão, professores e acadêmicos do PPGD.
- Art. 77º** - Este Regulamento aplica-se apenas aos discentes que ingressarem no Programa após a sua aprovação.
- Art. 78º** - Este Regulamento vigorará a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

